



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

1ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0327224-0

AGRAVANTE: COMISSÃO INDEPENDENTE DE PROCESSO ELEITORAL - CIPE

AGRAVADO: ALBERISSON CARLOS DA SILVA

RELATOR: DES. JOSUÉ ANTÔNIO FONSECA DE SENA

EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA. RECURSO INSTRUMENTAL QUE ATACA DUAS DECISÕES DO JUÍZO A QUO. A PRIMEIRA DELAS É A QUE DETERMINOU DIVERSAS PROVIDÊNCIAS NO SENTIDO DE VIABILIZAR A REALIZAÇÃO DE NOVA ELEIÇÃO NA ENTIDADE ASSOCIATIVA (ACS-PE) NO PRAZO DE 45 DIAS A CONTAR DA PUBLICAÇÃO DO DECISUM. A SEGUNDA É A QUE DENEGOU O PEDIDO DE SOBRESTAMENTO DO CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA E CONDENOU OS REPRESENTANTES DA ACS-PE AO PAGAMENTO DE MULTA DE 1% E INDENIZAÇÃO NO VALOR DE 20% SOBRE O VALOR DA CAUSA, POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ, NA FORMA DO ART. 18 DO CPC. VÍCIOS APONTADOS PELA RECORRENTE NA FASE DE EXECUTIVA QUE NÃO MERECEM PROSPERAR. INTERFERÊNCIA ESTATAL NO FUNCIONAMENTO DA ASSOCIAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE FATOS NOVOS A ENSEJAR MODIFICAÇÃO NO JULGAMENTO MONOCRÁTICO. AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. A alegação de inelegibilidade do Sr. Albérison Carlos, ora agravado - baseado no fato de o recorrido descumprir o estatuto da Entidade ao deixar de efetuar o pagamento da contribuição mensal da Associação - é insubsistente. Conquanto a recorrente argumente que não poderia efetuar descontos na folha de pagamento do associado em face da sua margem consignada está negativa, é certo que a cobrança das mensalidades poderia ter ocorrido por forma diversa, conforme ela própria noticia.
2. Assim, ante a impossibilidade de recolhimento da contribuição pela via anunciada, caberia a ACS-PE notificar o associado, facultando-lhe uma das formas de pagamento à sua disposição, antes de proceder à exclusão do quadro de sócios da Entidade por inadimplemento.
3. Logo, acertada a decisão de primeiro grau que determinou a reinclusão do nome do agravado dentre os eleitores aptos a exercer o direito a votar e a ser votado.
4. Rejeita-se de igual modo a tese de ilegitimidade ad causam e falta de interesse de agir do Sr. Albérison, porque ancorada no fato de que o agravado não possui a condição de sócio habilitado da ACS, argumento já fundamentadamente rechaçado.
5. Também não há falar em cerceamento de defesa na hipótese vertente, quando as providências determinadas pelo Juiz primevo nas decisões atacadas no agravo de instrumento visam, notadamente, viabilizar a execução provisória em curso no sentido de realizar nova eleição na ACS-PE em substituição ao pleito anulado judicialmente referente ao triênio 2008/2011.
6. Diante dessa constatação, considerando a inexistência de excesso ou abuso na condução da execução provisória, o comportamento da agravante de reiterar matérias infundadas ou já superadas em sucessivas impugnações, praticamente a cada decisão do Juiz singular, dificultando o curso natural do cumprimento da sentença, é reprovável e digno, desta feita, da aplicação da multa por litigância de má-fé.
7. Por outro lado, não se vislumbra qualquer prejuízo à agravante em razão da alegada não intimação para manifestar-se sobre as petições de fls. 822/828, 861/866 e 909/910 e documentos que a acompanham. É que, a rigor, nenhum desses pedidos se afasta do contexto da execução provisória nem os documentos ali juntados podem ser considerados novos a ponto de tornar indispensável a manifestação da agravante sobre os mesmos.
8. Com relação a liquidez e certeza, a sentença em execução ao tempo que declarou a nulidade da eleição da ACS-PE ocorrida em 31/01/2008, com a consequente destituição da atual diretoria



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

- empossada naquela ocasião, determinou a realização de nova eleição imediatamente, com a formação de nova comissão eleitoral.
9. Percebe-se, então, que a sentença é líquida e não é o fato de ter destituído a diretoria empossada na eleição declarada nula sem declinar quem assumiria a direção da Entidade que a torna ilíquida. Nada impede, pois, que o juiz na fase de cumprimento de sentença adote as medidas que repute necessárias e suficientes para efetivação do direito acertado.
 10. O momento de excepcionalidade que atravessa a administração da ACS-PE a partir da declaração judicial de nulidade da eleição do triênio 2008/2011 e da consequente destituição dos integrantes da diretoria empossada, com a determinação de realização imediata de nova eleição, justifica que algumas regras estatutárias atinentes ao processo eleitoral sejam, em caráter extraordinário, adaptadas às circunstâncias atuais até que seja restaurada a normalidade.
 11. Aliás, é nesse panorama que, desprezando-se os 90 dias anunciados no Estatuto, a eleição da ACS-PE, agendada para 45 dias, certamente não ultrapassará o lapso de 120 (cento e vinte) dias para as eleições oficiais de outubro do corrente, previsto no parágrafo único do artigo 3º da Resolução nº 22.687 do Tribunal Superior Eleitoral, sendo perfeitamente possível o empréstimo das urnas eletrônicas solicitadas.
 12. Ademais, irrelevante que os membros da comissão eleitoral pertençam apenas a categoria de cabos da Polícia Militar quando, na realidade, o que se espera dos nomeados é um comportamento probo e capacidade para conduzir na prática as atividades requisitadas pelo Juízo.
 13. Apoiado numa visão protetiva à pessoa jurídica dada a situação atípica e extraordinária da administração da agravante é que se verifica acertada a decisão a quo na parte em que se atribui poderes administrativos à Comissão recém-nomeada, a fim de dar prosseguimento à gestão administrativa da Entidade, efetuando pagamentos de contas em aberto, de salários de funcionários e demais atos correlatos, na forma destacada pelo Juiz.
 14. Frise-se, outrossim, que a alegação de interferência estatal na ACS-PE em afronta ao disposto no art. 5º, inciso XVII, da Constituição Federal é inconsistente, pois a questão referente à nulidade da eleição ocorrida em 31 de janeiro de 2008, com a propositura da ação, tornou-se judicial e, como tal, impõe ao Poder Judiciário a tarefa de restabelecer a ordem e a lisura no processo eleitoral vindouro e, ao final, garantir a livre e regular escolha dos representantes da Entidade coletiva propalada, tudo no sentido de materializar a efetiva prestação jurisdicional.
 15. Nesse diapasão, a postura mais proativa do Julgador na espécie é salutar e as medidas por ele tomadas nas decisões de fls. 1.060/1.062 e 1.076/1.080 em absoluto representa interferência estatal no funcionamento da Associação recorrente na forma vedada pela Carta Magna (art. 5º, inciso XVIII).
 16. Agravo improvido. Decisão unânime.

ACÓRDÃO – Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que figuram como partes as acima indicadas, acordam os Desembargadores integrantes da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada em ____ de _____ de 2014, à unanimidade de votos, para negar provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator.

Recife, ____ de _____ de 2014. (data da lavratura).


Des. Josué Antônio Fonseca de Sena
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

1ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0327224-0

AGRAVANTE: COMISSÃO INDEPENDENTE DE PROCESSO ELEITORAL - CIPE

AGRAVADO: ALBERISSON CARLOS DA SILVA

RELATOR: DES. JOSUÉ ANTÔNIO FONSECA DE SENA

RELATÓRIO E VOTO

COMISSÃO INDEPENDENTE DE PROCESSO ELEITORAL - CIPE interpôs o presente agravo em ataque a decisão terminativa da lavra desta relatoria (fls. 1.184/1.141) que, em sede de agravo de instrumento aviado pela ora agravante em face de **ALBERISSON CARLOS DA SILVA**, ora agravado, negou seguimento ao recurso instrumental, ante a sua manifesta improcedência.

Nas razões recursais de fls. 1.144/1.164, a agravante reitera os argumentos articulados na petição do agravo de instrumento, na seguinte linha: 1) alega inelegibilidade do Sr. Albérison em virtude de não ser sócio da Entidade associativa, dada a falta de pagamento das mensalidades; 2) aduz ilegitimidade *ad causam* e ausência de interesse processual consubstanciada no fato de o agravado não possuir a condição de sócio; 3) sustenta cerceamento de defesa à medida que, ao se manifestar nos autos (fls. 884/889 e 963/965), foi surpreendido com as decisões de primeiro grau em tom de ameaça e com aplicação de multa, mesmo sem restar comprovado dolo da parte em obstar o cumprimento de sentença; 4) Argui, também, inobservância ao contraditório e a ampla defesa, pois que não teve a chance de se manifestar sobre as petições de fls. 812/828, 861/866 e 909/910 e documentos que a acompanham.

A agravante ainda reedita os seguintes pontos de ataques: afirma que a sentença executada é incerta e ilíquida, e que o Juiz de primeiro grau não determinou a prévia liquidação; assevera que o prazo de 45 dias fixado na decisão recorrida para a realização da eleição é bem inferior ao interregno estabelecido no Estatuto da Associação; informa que o prazo de 45 dias não se enquadra no lapso previsto na Resolução do TSE nº 22.685/2007 para a concessão de urnas eletrônicas; aponta irregularidade na formação da comissão eleitoral pelo fato de que nela há apenas a presença de cabos da Polícia Militar, apesar de existir outras categorias no quadro de associados da ACS.

Além disso, sustenta que, à luz das regras estatutárias, os membros da comissão eleitoral não podem cumular as funções tipicamente eleitoral com as diretivas da Entidade, diante da atribuição de poderes de gestão administrativa concedidos pela decisão de primeiro grau.

15



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

Por derradeiro, entende a recorrente que a decisão combatida pelo agravo de instrumento acaba por representar uma interferência estatal no funcionamento da Associação, o que afronta o disposto no art. 5º, inciso XVIII da Constituição Federal.

É o que interessa relatar, passo ao voto:

Trata o recurso de agravo em combate à decisão terminativa que negou seguimento ao agravo de instrumento interposto pela ora agravante, por entender que as medidas adotadas pelo Magistrado primevo são adequadas e necessárias ao efetivo cumprimento da sentença em execução.

A agravante constrói a sua tese recursal alicerçada substancialmente nos mesmos argumentos suscitados no agravo de instrumento, motivo pelo qual nenhuma novidade impõe a mudança de pensamento desta relatoria sobre o caso.

Com efeito, a ausência de fatos novos ou alteração da situação fática e jurídica observada por ocasião da apreciação do recurso principal, de modo a ensejar a revisão do entendimento declinado no julgado monocrático, ora agravado, leva esta relatoria a se manter firme no entendimento criticado pela recorrente.

Nessa perspectiva, adoto como fundamentos do meu voto os mesmos contidos na decisão hostilizada (fls.1.141/1.148), a qual transcrevo, *ipsis litteris*, o trecho que interessa:

“[...]”

Trata-se de recurso de agravo de instrumento interposto pela **COMISSÃO INDEPENDENTE DE PROCESSO ELEITORAL** irresignada com duas recentes decisões proferidas pelo Magistrado em exercício na 29ª Vara Cível da Comarca da Capital, nos autos do cumprimento provisório de (Processo n.º 0072594-10.2013.8.17.0001).

A primeira delas (fls. fls. 1.060/1.062), que deu seguimento a execução provisória, determinando diversas providências no sentido de viabilizar a realização de nova eleição prevista para ocorrer 45 dias contados da publicação da decisão. A segunda (fls. 1.076/1.080), que denegou o pedido de sobrestamento da fase executiva de sentença e, ato contínuo, por entender que a agravante abusou do direito de demandar, utilizando-se de incidentes infundados, condenou os



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

representantes da recorrente ao pagamento de multa de 1% e indenização no valor equivalente a 20% sobre o valor da causa, por litigância de má-fé, com fulcro no art. 18 do CPC.

Argui nas razões de agravo (fls. 02/14), em apertada síntese, os seguintes pontos:

- a) Ineligibilidade do Sr. Albérison Carlos, afirmando que o mesmo não figura no rol de sócios da recorrente;
- b) Bem por essa condição, a ilegitimidade ad causam e a ausência de interesse de agir do recorrido;
- c) Cerceamento de defesa, alegando que a legislação processual assegura à parte o direito de demandar, de sorte que deve ser afastada a multa aplicada;
- d) Ausência do contraditório e da ampla defesa, porquanto não teve a chance de manifestar-se sobre petições e documentos juntados pelo recorrido (fls. 721/727, 760/781 e 808/879);
- e) Iliquidez da sentença, porque, apesar de ter destituído a diretoria, não definiu quem iria assumir as respectivas funções, além disso não estabeleceu outros aspectos importantes na execução;
- f) Violação aos prazos do processo eleitoral, segundo regras do Estatuto da Entidade, bem como afronta aos prazos mínimos para cessão de urnas eletrônicas;
- g) Irregularidade na escolha dos integrantes da Comissão Eleitoral, contando apenas com uma categoria, os Cabos da PMPE;
- h) Atribuição de funções diretivas aos membros da Comissão Eleitoral em inobservância ao disposto no art. 4º do Regulamento Eleitoral.

Pugna, então, pelo sobrestamento da execução até o trânsito em julgado da demanda principal e a anulação das decisões agravadas.

[...]



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

Noticia a agravante que o Sr. Albérison Carlos da Silva, ora agravado, não é associado da ACS-PE, porque não preenche o requisito previsto no Estatuto da ACS-PE de efetuar o pagamento das contribuições mensais. Disso resulta o impedimento de votar e ser votado do recorrido.

Em que pese o ambiente processual não ser o adequado a desenvolver o debate mais aprofundado sobre o assunto, os esclarecimentos prestados pelo agravado na sua contraminuta são plausíveis e se pautam na informação de que desconhece a razão da inadimplência referente às suas contribuições sociais mensais, pois não desautorizou os descontos em sua folha de pagamento.

Lado outro, a agravante não conseguiu se desvencilhar do ônus de comprovar o motivo de não mais proceder aos referidos descontos, uma vez que, de ordinário, tais contribuições são deduzidas, mês a mês, diretamente nos contracheques dos associados.

Inexiste no caderno processual qualquer elemento idôneo que denote a intenção de o agravado desfiliar-se da Associação, nem tampouco explicação aceitável a justificar uma possível exclusão do seu nome do quadro associativo.

Bem por isso, também, é que o juiz de primeiro grau determinou a reinserção do nome do agravado no rol de eleitores habilitados a votar (fls. 1.042/1.043).

Ademais, nas circunstâncias dos autos, se há débito de contribuição social, nada impede que haja a atualização da dívida, mediante o pagamento das mensalidades porventura em atraso, conforme requerido pelo recorrido na petição de fls. 861/866.

Portanto, nessa linha de análise, insubsistente é a alegação de que o Sr. Albérison Carlos é inelegível.

A tese consubstanciada na ilegitimidade *ad causam* e na falta de interesse de agir do Sr. Albérison Carlos também não merece prosperar. Isso porque tais alegações se encontram apoiadas



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

no fato de que o agravado não possui a condição de sócio habilitado da ACS, argumento já motivadamente rechaçado.

Não há falar em cerceamento de defesa na hipótese vertente, quando as providências ordenadas pelo Juiz primevo nas decisões atacadas visam unicamente a viabilizar a execução provisória, adotando medidas eficazes e suficientes para realizar imediata de novas eleições, conforme determinação expressa da sentença, tudo a fim de restabelecer a ordem e a legalidade na escolha dos gestores da ACS.

Diante dessa constatação, considerando ainda a inexistência de excesso ou abuso na condução da execução provisória, entendo que o comportamento da ACS-PE de reiterar matérias infundadas ou já superadas em sucessivas impugnações a cada decisão do Juiz singular, atrapalhando o curso natural do cumprimento da sentença, é reprovável e digno da aplicação da multa por litigância de má-fé.

A penalidade imposta na decisão recorrida (fls. 1.076/1.080) em absoluto significa cercear a defesa da agravante, porque não está sendo negado o direito de crítica e impugnação aos comandos judiciais, mas a utilização de instrumentos processuais baseados em questões inconsistentes e inoportunas suscitadas pela ACS.

Outrossim, não se vislumbra qualquer prejuízo à agravante em razão da alegada não intimação para se manifestar sobre as petições de fls. 822/828, 861/866 e 909/910 e respectivos documentos que a acompanham.

Nesse viés, interessa informar que o primeiro petítório pretendia a dilação do prazo para realização de novas eleições de 30 para 45 dias, bem como a providência do juízo, mediante cooperação do Comandante Geral da Polícia Militar de Pernambuco, da própria ACS-PE e ao TRE/PE, para constituição da comissão eleitoral, obtenção da lista de associados e fornecimento de urnas. O documento anexo à petição é o regulamento de normas, princípios e instruções de processo eleitoral da ACS-PE (fls. 830/850).

A segunda petição em destaque pleiteou de relevante a destituição da diretoria da recorrente à época e a reinclusão do nome



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

do agravado no quadro de associados, caso tivesse sido excluído. De importante destacar como documento que acompanha o requerimento os demonstrativos de pagamento do recorrido (fls. 867/877).

Por sua vez, a petição de fls. 909/910 apenas reiterou o pedido anterior, em especial, a destituição da diretoria da Associação, com a nomeação de um Administrador remunerado. Os documentos a ela inclusos são as cópias das exordiais das ações cautelares proposta perante o Supremo Tribunal Federal isoladamente pela ora agravante e pela Comissão Independente de Processo Eleitoral - CIPE

Como bem se vê, nenhum daqueles pedidos se afastam do contexto da execução provisória propriamente dita nem os documentos ali juntados podem ser considerados novos a ponto de tornar indispensável a manifestação da agravante.

Prosseguindo na apreciação do mérito, cumpre registrar que a sentença em execução ao tempo que declarou a nulidade da eleição da ACS-PE ocorrida em 31/01/2008, com a consequente destituição da atual diretoria empossada naquela ocasião, determinou a realização de nova eleição imediatamente, com a formação de nova comissão eleitoral.

Desse cenário, percebe-se facilmente que a sentença em comentário é líquida e não é o fato de ter destituído a diretoria empossada na eleição declarada nula sem declinar quem assumiria a direção da entidade que a torna ilíquida.

Embora a parte dispositiva da sentença não informe de maneira expressa e pormenorizada todos os detalhes concernentes à efetivação da obrigação de fazer ali determinada, nada impede que o juiz na fase de cumprimento de sentença adote as medidas que repute necessárias e suficientes para efetivação do direito acertado.

O momento de excepcionalidade que atravessa a administração da ACS-PE a partir da declaração judicial de nulidade da eleição do triênio 2008/2011 e da consequente destituição dos integrantes da diretoria empossada, com a determinação de



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

realização imediata de novas eleições, justifica que algumas regras estatutárias atinentes ao processo eleitoral sejam, em caráter extraordinário, adaptadas às circunstâncias atuais até a restauração da normalidade.

Com respeito à exiguidade do prazo para requerer a concessão de urnas eletrônicas junto ao Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, observo que a crítica da agravante cai por terra à medida que leva em consideração nos seus cálculos 90 (noventa) dias para convocação das eleições, conforme reza o artigo 60 do Estatuto da Entidade, enquanto o Juiz monocrático estabeleceu o prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) para a realização das eleições contados da publicação da decisão de fls. 1.060/1.062.

Desse modo, desprezando-se os 90 dias anunciados no Estatuto, a eleição na ACS-PE certamente não ultrapassará o lapso de 120 (cento e vinte) dias previsto no parágrafo único do artigo 3º da Resolução nº 22.687 do Tribunal Superior Eleitoral para as eleições oficiais de outubro do corrente.

Nessa rota de pensamento, as alegações de desrespeito aos prazos do processo eleitoral e de afronta aos prazos mínimos para solicitar o empréstimo de urnas eletrônicas não devem ser acolhidas.

Melhor sorte não assiste a suplicante quando aponta irregularidade na escolha dos membros da Comissão Eleitoral. A designação dos componentes da referida comissão contou com a cooperação do ilustre Comandante da Polícia Militar de Pernambuco que indicou ao Juízo sete nomes de integrantes da Corporação Militar.

Não visualizo desvio ou falha na composição da comissão só pelo fato de os membros selecionados pertencerem à categoria de cabos da polícia militar. Irrelevante, no contexto, a formação de uma equipe com representante de cada categoria que faz parte da Entidade, quando, na realidade, o que se espera dos nomeados é um comportamento probo e capacidade para conduzir na prática as atividades requisitadas pelo Juízo.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

A recorrente ainda se insurge contra a decisão ao argumento de que foram atribuídos poderes de gestão administrativa à novel Comissão Eleitoral, de sorte a conferir aos respectivos integrantes funções diretivas, o que é incompatível com a regra do art. 4º do Regulamento Eleitoral da ACS-PE.

Mais uma vez importante frisar que a situação atípica e extraordinária na administração da agravante recomenda a adoção de medidas adequadas e eficazes não só objetivando o processo eleitoral, mas também evitar ao máximo a possibilidade de eventual descontinuidade nas atividades corriqueiras da Associação, em razão da transição da diretoria destituída e a que será empossada após a realização da nova eleição.

É apoiado nessa visão protetiva da pessoa jurídica, que reputo acertada a decisão na parte em que se atribui poderes administrativos à Comissão recém-nomeada, a fim de dar prosseguimento à gestão administrativa da Entidade, efetuando pagamentos de contas em aberto, de salários de funcionários e demais atos correlatos, na forma noticiada pelo Juiz.

Por fim, as providências tomadas pelo Julgador na condução do feito executivo até agora, tais como a fixação de prazo para realização da eleição, a constituição de nova Comissão Eleitoral, concedendo aos seus membros poderes administrativos de gestão, além de outras, não se revelam abusivas ou ilegais, mas absolutamente necessárias a dar efetividade ao contido no dispositivo sentencial e, via de consequência, assegurar o restabelecimento da legalidade e da ordem na escolha dos representantes da ACS-PE.

[...]"

Acrescente-se com relação à inelegibilidade do agravado, ainda que se admita a falta de margem consignável, caberia a ACS-PE, tão logo percebesse a impossibilidade de recolhimento da contribuição associativa via desconto em folha de pagamento, notificar o associado, facultando-lhe as inúmeras formas noticiadas nas razões recursais para pagamento, antes de proceder à exclusão do quadro da Entidade por inadimplemento.

Ora, a perda da condição de sócio do agravado poderia inviabilizar a sua participação na eleição substitutiva do pleito anulado de 2008, em especial no



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

direito de votar e de ser votado. Com efeito, nas circunstâncias dos autos, não é razoável pensar nessa altura do processo que o agravado, se não fosse por questão alheia a sua vontade, convocado formalmente para regularizar a situação de eventual inadimplência perante a ACS-PE, permanecesse em falta quanto ao pagamento das mensalidades devidas, sujeitando-se as consequências desse ato.

Logo, acertada a decisão de primeiro grau que determinou a reinclusão do nome do agravado dentre os eleitores aptos a exercer o direito a votar e a ser votado.

Ademais, a alegação de interferência estatal em entidade associativa privada também se mostra insubsistente e não merece prosperar.

Esclareça-se que as providências adotadas pelo Juiz singular, em todos os seus quadrantes, visam, tão somente, criar condições favoráveis ao cumprimento prático da sentença, ou seja, atingir o objetivo maior de realizar nova eleição na Associação recorrente desta feita isenta de vício e ilegalidade. Nessa esteira, as determinações do Juízo de origem, até o momento, não excedem o limite da legalidade nem se revelam abusivas ou inoportunas, ao contrário, realçam o compromisso do Magistrado *a quo* com a célere e efetiva prestação jurisdicional.

A tese recursal de que a decisão de primeiro grau que concedeu à recém-formada comissão eleitoral poderes de gestão administrativa afronta ao princípio da autonomia/autogestão prestigiado pelo art. 5º, XVIII, da Constituição Federal, não se sustenta ante as circunstâncias do caso concreto que recomendam adoção de medidas assecuratórias na prática da realização da eleição sem descompasso nas atividades ordinárias da Associação.

Na hipótese, é preciso ter em mente que a questão referente à nulidade da eleição ocorrida na ACS-PE em 31 de janeiro de 2008, com o ajuizamento da ação, tornou-se judicial e, como tal, impõe ao Poder Judiciário a tarefa de restabelecer a ordem e a lisura no processo eleitoral vindouro e, ao final, garantir a livre e regular escolha dos representantes da Entidade coletiva, tudo como forma de materializar a efetiva prestação jurisdicional.

Aliás, é fácil constatar que, a rigor, não há que se falar em intromissão do Poder Judiciário nas relações internas da Associação, tanto é assim que a comissão constituída para organizar o novo pleito eleitoral é formada exclusivamente por 7 integrantes da própria Entidade, escolhidos com o auxílio do Comandante Geral da PMPE por meio de sorteio (*vide* documento fls. 1.044/1.048), inexistindo, portanto, ingerência de pessoa estranha ao quadro de associados.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

Nesse diapasão, a postura mais proativa do Julgador na espécie é salutar e as medidas por ele tomadas nas decisões de fls. 1.060/1.062 e 1.076/1.080 em absoluto representa interferência estatal no funcionamento da Associação recorrente na forma vedada pela Carta Magna (art. 5º, inciso XVIII).

Desse modo, revisitando cuidadosamente a matéria controvertida, entendo que a irresignação permanece juridicamente insustentável.

Isso posto, voto pelo improvimento do agravo.

É como voto.

Recife, de de .


Des. Josué Antônio Fonseca de Sena
Relator